

Programa do Concurso para Professor Adjunto - Edital nº 2329, 24/10/2024

CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR, na CLASSE A, com a denominação de PROFESSOR ADJUNTO A, Nível 1, lotada(s) na Universidade Federal de Minas Gerais e destinada(s) ao DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA SOCIAL da FACULDADE DE FARMÁCIA

Programa

1. Assistência Farmacêutica

- 1.1. Definições, evolução e importância no contexto do sistema de saúde.
- 1.2. Políticas de Medicamentos e de Assistência Farmacêutica no Brasil.
- 1.3. Gestão em Assistência Farmacêutica - Processos de seleção, programação, aquisição, distribuição, prescrição-dispensação e promoção da qualidade do uso de medicamentos com vistas ao uso racional.
- 1.4. Avaliação da qualidade do uso de medicamentos com vistas ao uso racional, Conceitos e estratégias para promoção da qualidade do uso de medicamentos para viabilizar uso racional destas tecnologias de saúde.

Referências:

- Acúrcio FA (ORG.). Medicamentos: políticas, assistência farmacêutica, farmacoepidemiologia e farmacoeconomia. Belo Horizonte: COOPMED, 2013.
- ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA: GESTÃO E PRÁTICA PARA PROFISSIONAIS DA SAÚDE. Osório-de-Castro CGS, Luiza VL, Castilho SR, Oliveira MAO, Jaramillo NJ, organizadoras. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2014. 469 p. ISBN: 978-85-7541-442-2.
- Brasil. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- Brasil. Lei nº 12.401, de 28 de abril de 2011. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologias em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Diário Oficial da União. 2011;81(1):1.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Medicamentos. PORTARIA Nº 3.916, DE 30 DE OUTUBRO DE 1998. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3916_30_10_1998.html
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Assistência Farmacêutica. RESOLUÇÃO Nº 338, DE 06 DE MAIO DE 2004 Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2004/res0338_06_05_2004.html.

2. Saúde Coletiva e Farmacoepidemiologia

- 2.1. Fundamentos da Saúde Coletiva. Conceitos de saúde e doença.
- 2.2. Modelos de Sistemas Universais de Saúde.
- 2.3. Configurações de sistemas de saúde: Financiamento, Contratualização, Pagamentos, Organização, Regulação e Persuasão.
- 2.4. Sistema Único de Saúde (SUS): organização, princípios e diretrizes do SUS.
- 2.5. Modelos de atenção à saúde: atenção primária, secundária e terciária.
- 2.6. Vigilância em Saúde, Vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental. Farmacovigilância.

Edital nº 2329, 24/10/2024. CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR, na CLASSE A, com a denominação de PROFESSOR ADJUNTO A, Nível 1, lotada(s) na Universidade Federal de Minas Gerais e destinada(s) ao DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA SOCIAL da FACULDADE DE FARMÁCIA

- 2.7. Promoção da Saúde, prevenção em saúde e educação em saúde.
- 2.8. Definição e objetivos da farmacoepidemiologia; interfaces entre saúde coletiva, epidemiologia e farmacologia.
- 2.9. Métodos farmacoepidemiológicos: Estudos observacionais e de intervenção para avaliação de eficácia, segurança e efetividade de medicamentos.
- 2.10. Saúde baseada em evidências: revisão narrativa da literatura, revisão de escopo e sistemática. Uso de metanálises e avaliação de risco de viés e certeza da evidência.
- 2.11. Utilização de medicamentos em populações: estudos de utilização de medicamentos. Análise de desempenho de tecnologias em saúde e monitoramento do horizonte tecnológico.

Referências:

- Campos, G. W. de S., Bonfim, J. R. de A., Minayo, M. C. de S., & Drumond Júnior, M. (2017). Tratado de saúde coletiva. São Paulo: Hucitec.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude.pdf
- Beaglehole R., Bonita R., Kjellström T. Epidemiologia básica. 2.ed. São Paulo: Santos, 2010. Disponível em: [https://cutt.ly/TdDTFFtWORLD_HEALTH_ORGANIZATION_\(WHO\).Introduction_to_Drug_Utilization_Research._Geneva,_WHO,_2003._Disponível_em:_https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/42627/924156234X.pdf?sequence=1](https://cutt.ly/TdDTFFtWORLD_HEALTH_ORGANIZATION_(WHO).Introduction_to_Drug_Utilization_Research._Geneva,_WHO,_2003._Disponível_em:_https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/42627/924156234X.pdf?sequence=1)
- Michael R. Reich, Abdo S. Yazbeck, Peter Berman, Ricardo Bitran, Thomas Bossert, Maria-Luisa Escobar, William C. Hsiao, Anne S. Johansen, Hadia Samaha, Paul Shaw & Winnie Yip (2016) Lessons from 20 Years of Capacity Building for Health Systems Thinking. Health Systems & Reform, 2:3, 213-221. DOI: 10.1080/23288604.2016.1220775 <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/23288604.2016.1220775?needAccess=true>
- Brasil. LEI Nº 14.758, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14758.htm
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 406, DE 22 DE JULHO DE 2020. Dispõe sobre as Boas Práticas de Farmacovigilância para Detentores de Registro de Medicamento de uso humano, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-de-diretoria-colegiada-rdc-n-406-de-22-de-julho-de-2020-269155491>
- YANG, Y; STRUM, D W. Compreendendo a Farmacoepidemiologia. Porto Alegre: AMGH, 2013.
- STROM, B. L.; KIMMEL, S. E.; HENNESSY, S. Textbook of Pharmacoepidemiology. Wiley, 2012.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias e Inovação em Saúde. Diretrizes metodológicas: elaboração de pareceres técnico-científicos [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde; 2021. 122 p.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde. Diretrizes metodológicas : avaliação de desempenho de tecnologias em saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos,

Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2017. 45 p. disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/publicacoes/diretrizes_avaliacao_desempenho_tecnologias_saude.pdf ISBN 978-85-334-2472-2

- MASTROIANNI, P; VARALLO, FR. Farmacovigilância para Promoção do Uso Correto de Medicamentos. Porto Alegre: Artmed, 2013

3. Economia da Saúde

- 3.1. Fundamentos de economia da saúde e farmacoeconomia.
- 3.2. Conceitos básicos de economia da saúde: custo, benefício, eficiência e equidade.
- 3.3. Priorização, Equidade e Eficiência na Alocação de Recursos.
- 3.4. Regulação econômica de medicamentos, precificação CMED e valor de reembolso (CONITEC e ANS), uso de limiares.
- 3.5. Análise econômica em saúde: avaliação de tecnologias em saúde, estudos de custo e custo-minimização, custo-efetividade, custo-utilidade e custo-benefício.
- 3.6. Modelos de avaliação econômica em saúde: árvore de decisão, Markov e microsimulação.

Referências:

- DRUMMOND, M. F.; SCULPHER, M. J.; CLAXTON, K. Methods for the Economic Evaluation of Health Care Programmes. Oxford University Press, 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes Metodológicas: estudos de avaliação econômica de tecnologias em saúde. Brasília, 2014.
- Secoli, S.R.; Padilha, K.G.; Litvoc, J.; Maeda, S.T. Farmacoeconomia: perspectiva emergente no processo de tomada de decisão. *Ciência & Saúde Coletiva*. 10(sup):287-296, 2005.
- Rascati, Karen L. Introdução à farmacoeconomia. Porto Alegre: Artmed, 2010
- O'Rourke B, Oortwijn W, Schuller T, International Joint Task Group. The new definition of health technology assessment: A milestone in international collaboration. *Int J Technol Assess Health Care*. 2020;1-4. doi: 10.1017/S0266462320000215
- Ramos MC, et al. Interações entre regulação sanitária e Avaliação de Tecnologias em Saúde para cobertura em sistemas de saúde e a integralidade do cuidado. *Saúde Soc [Internet]*. 2023 [acesso em 15 out 2024];32(Supl 1).